



A. Estado, Poderes e Sociedade
B. Estruturas Produtivas, Trabalho e Profissões
C. Educação e Desenvolvimento
D. Território, Ambiente e Dinâmicas Regionais e Locais

E. Cultura, Comunicação e Transformação dos Saberes
F. Família, Género e Afectos
G. Teorias, Modelos e Metodologias
Sessões Plenárias

A RACIONALIDADE DA LINGUAGEM HUMANA: Aquilo Que os Discursos Dizem e o que nos fazem Com Eles

Moisés de Lemos Martins *

Propósitos iniciais: a comunicação e a significação

Sou um sociólogo que ensina Semiótica e Teoria e Análise do Discurso, um sociólogo interessado e comprometido com as Ciências da Comunicação.

É verdade que não coloco a comunicação como objecto de reflexão imediata. Proponho a significação. Mas o que acontece, de facto, é que a comunicação remete para uma teoria de significação; mais, ela deve colocar-se sob a égide de uma teoria de significação. Com efeito, quer a interacção humana, quer a comunicação de mensagens, postulam a possibilidade de sentido, a possibilidade de significação (Greimas, 1976: 59; Geninasca, 1991: 12).

A natureza da significação: linguagem, verdade e poder

Proponho assim a significação, e isto quer dizer que é meu propósito deambular aqui pelo território da semiótica (enquanto ciência da significação), e especificamente deambular pelos territórios da linguística, da filosofia, da hermenêutica e da sociologia, porque serão aqui questão a linguagem, a verdade e o poder.

As fontes do sentido

Vou partir de um esquema simples, para progressivamente procurar esclarecer os conceitos que proponho como programa de reflexão. O esquema que constitui o meu ponto de partida é o

triângulo semântico de Ogden e Richards, na versão de John Fiske (1993: 17).^[1]

Neste esquema, o sentido é o que resulta da conjugação dinâmica de três instâncias, que são outras tantas fontes do sentido: num vértice temos o texto e a mensagem (significante e significado), noutra vértice o referente (o mundo empírico), e no terceiro vértice o produtor e o leitor do discurso (os utilizadores da linguagem).

É minha opinião que este triângulo ilustra bem as várias fases por que passou o nosso entendimento da linguagem, e é também sugestivo quanto às diferentes racionalidades que se têm confrontado ao longo do século (diferentes racionalidades, quer dizer, diferentes modos de produção do sentido).^[2]

Os fundacionismos da letra e do espírito

A centração da atenção na parte material dos discursos, nos signos e nas relações que estas materialidades estabelecem entre si, isto é, a centração nos significantes, deu-nos aquilo que alguns chamam de “obsessão sintáctica” (Meyer, 1992: 118) e de “ideologia do texto absoluto” (Ricoeur, 1970: 184). Deu-nos um “fundacionismo da letra”, que é também um fundamentalismo: “*Extra textus nulla salus*”.

Ainda no mesmo vértice do triângulo, a centração da atenção não já na letra, mas nos significados, nos conceitos, no “espírito por detrás da letra”, na consciência, deu-nos a semântica linguística. O “espírito por detrás da letra”: estou a utilizar uma expressão de sabor bíblico, “a letra mata e o espírito vivifica”, diz S. Paulo na 2.ª carta aos *Coríntios* (cap.3, 6).

Dizer o mundo em verdade: a função semântico-referencial do discurso

Passemos a um segundo vértice do triângulo. A centração da atenção nos objectos do mundo empírico coloca a questão da referência e introduz o problema da verdade. A acreditarmos em Popper, a verdade é a “ideia reguladora” da função referencial. Esquecer a referência é esquecer que os discursos fazem mais do que significar-se uns aos outros e que eles são naturalmente utilizados para visar, para designar fragmentos do mundo, ou por outra, para isolar, no fluxo das coisas, relações efectivas entre acontecimentos. Estamos aqui perante a semântica dos lógicos.

Aquilo que os discursos fazem e aquilo que nós fazemos com eles: a função pragmática do discurso

Num terceiro vértice do triângulo, centramos a atenção no uso dos signos e nos utilizadores dos signos. E isto dá-nos a pragmática, bem servida pelas análises interaccionistas e fenomenológicas, por um lado, e retórico-argumentativas, por outro.

O “linguistic turn” e os modos de ser da razão

Tem-se dito que as ciências sociais e humanas tiveram que passar pelo “*linguistic turn*”. E é verdade: a explicação que as ciências sociais e humanas têm dado da realidade tem sido uma explicação metodologicamente análoga àquela que a linguística e a filosofia têm dado da linguagem. A linguística começou, com Saussure, por dar da linguagem uma explicação sintáctica. Da linguagem importou-lhe a língua, isto é, o código, o sistema, a estrutura. Embora concebesse a fala,

ou seja, o discurso, a linguística desinteressou-se pelos usos sociais da língua. ^[3]

Dos anos oitenta para cá, a linguística tem explicado a linguagem em termos pragmáticos, e repudia aquilo que chama de “obsessão sintáctica” e de prática epistemológica “terrorista”, na expressão do nosso malgrado colega Pedro Miguel Frade (1991: 48-49).

E a mesma coisa podemos dizer da filosofia da linguagem. A filosofia analítica foi lógica, na sua primeira fase. De Frege, a Russell, a Tarski, ao primeiro Wittgenstein, a Carnap e a Morris, tem-se a ideia de que a linguagem e o mundo são isomorfos. Ou seja, na sua primeira fase, a filosofia analítica reduziu a linguagem à função proposicional, informativa, descritiva. Por outras palavras, reduziu a linguagem à sua facultade de dizer o mundo através dos conteúdos das proposições, julgadas em termos de verdade e falsidade. Na sua primeira fase, a filosofia analítica foi semântico-referencial. E continuou a sê-lo, é verdade, com Quine, Dummett e Davidson.

Na sua segunda fase, aberta pelos conceitos de “formas de vida” e de “jogos de linguagem” do segundo Wittgenstein e pela teoria dos actos de fala de Austin e Searle, a filosofia analítica faz uma viragem pragmática e passa a interessar-se pelas funções performativas da linguagem, isto é, pelas funções não proposicionais, não representacionistas. Passa a interessar-se pelas funções

da expressão e do apelo, para falarmos como Karl Bühler. ^[4]

Se a cronologia ajuda a precisar alguma coisa, podemos dizer que estamos perante uma antiga e uma nova racionalidade. A antiga racionalidade é, na Europa continental, o estruturalismo, e na Inglaterra e na América, a filosofia analítica da sua fase lógica e semântico-referencial. A nova racionalidade é a pragmática.

Fixemo-nos por instantes na antiga racionalidade. De facto, o estruturalismo é objectivista, desmistificador, é uma imanência de sentido que retirou o mistério da nossa vida. É uma obsessão sintáctica, um fundacionismo da letra.

E não é diferente a filosofia analítica de sua fase neopositivista lógica: objectivista, desmistificadora, representacionista, uma obsessão semântico-referencial, enfim um fundacionismo da proposição, que é julgada em termos de verdade e falsidade.

Passemos agora à nova racionalidade. A pragmática entendida tanto na sua concepção hermenêutica (Rorty), como na sua concepção retórico-argumentativa (Meyer, Habermas, Apel, Jacques), é existencialista, subjectivista, remitificadora, é enfim, a liberdade do espírito que

vivifica, estilizando os fundacionismos que matam, os fundacionismos da “letra” e da proposição. ^[5]

Sendo a pragmática uma racionalidade hermenêutica e uma racionalidade retórico-argumentativa, que valoriza o indivíduo e a intersubjectividade na produção do sentido, podemos dizer que esta nova racionalidade veio matizar o sentido clássico da hermenêutica (que é a actividade de interpretação de textos). A hermenêutica passa a ocupar-se menos daquilo que os discursos dizem e mais com aquilo que os discursos fazem (os discursos têm uma força ilocucionária) e com aquilo que nós fazemos com os discursos (falamos para sermos acreditados, distinguidos, obedecidos). Ou seja, a hermenêutica conjuga-se com a argumentação, ou por outra, a hermenêutica é argumentativa.

A hermenêutica entre a racionalidade forte e a racionalidade fraca

Pode dizer-se, assim, que a pragmática desfundamenta e desdogmatiza a hermenêutica, ao torná-la argumentativa.

Classicamente, a hermenêutica interrogava a verdade dos discursos, aquilo que eles queriam dizer, e havia hermenêuticas de dois tipos, se tomarmos a linha de pensamento de Paul Ricoeur (1962): centradas no significante, na “letra”, e eram “arqueológicas”, desmistificadoras, explicativas; e centradas no significado, no “espírito” por detrás da letra, e eram “escatológicas”, remitificadoras, compreensivas.

Classicamente, a hermenêutica era fundacionista, assentava no realismo de um mundo, fosse o mundo de matéria, o mundo empírico e o mundo de texto, os significantes e as proposições (em todo o caso, um mundo objectivo); fosse o mundo das ideias, o espírito por detrás da letra, os significados, os conceitos (sempre um mundo subjectivo).

E a hermenêutica dizia a verdade deste mundo. Pela explicação ou pela compreensão: a explicação servindo mais as ciências da natureza; a compreensão servindo sobretudo as ciências do espírito, as ciências da cultura (hoje ciências sociais e humanas).

Supunha a hermenêutica uma racionalidade forte, uma razão dogmática, uma razão com a pretensão de atingir a verdade metafísica. Mas entretanto, sobretudo no correr deste século (com Heidegger, Gadamer e Rorty; com Perelman, Toulmin e Meyer; com Apel, Habermas e Jacques), a razão foi reconduzida à sua condição histórica, finita, intersubjectiva. Daí que apenas nos reste

uma interpretação argumentativa: uma razão que justifica as opções que toma. ^[6]

Argumentar é indicar um sentido (subjectivo), é colocar as coisas em certa perspectiva, ordená-las, e assim orientar a relação social. É procurar persuadir e convencer, o que significa procurar consensos. Mas é também afirmar dissentimentos, vincar diferenças. Penso, com efeito, que o consenso, entendido quer como reconhecimento de um auditório universal, quer como reconhecimento de um auditório relevante ou específico, não é o único critério de verdade.

A linguagem tem uma dupla articulação, proposicional e performativa, representacionista e

pragmática (Wittgenstein, Habermas, Apel). ^[7] Não vamos agora afundar-nos no relativismo, pela fortuna de termos abandonado ainda há pouco o dogmatismo da “letra” e o dogmatismo semântico-referencial.

A hermenêutica sociológica: a magia do discurso é social

E como entender a sociologia no contexto da racionalidade interpretativa e retórico-argumentativa? Apenas umas pequenas notas e termino a minha comunicação. A racionalidade sociológica, nos termos em que a entendo, retém duas coisas do estruturalismo. Por um lado, insiste em considerar os “factos condicionantes de língua” nos fenómenos comunicativos (André Joly, 1982: 110), a que as análises puramente discursivas (pragmáticas e argumentativas) são indiferentes. Por outro, insiste em considerar o “primado da relação” como dimensão identificadora das trocas comunicativas (F. Jacques, 1987: 196), relação essa que é inapropriável e irreduzível à experiência pessoal e ao ponto de vista do eu (como querem fazer crer as análises interaccionistas e as análises fenomenológicas). Mas há reservas que a racionalidade sociológica opõe à racionalidade argumentativa, compreendida esta como hermenêutica que se ocupa daquilo que os discursos fazem e daquilo que nós fazemos com os discursos. A racionalidade sociológica contraria, por exemplo, a ideia de que o discurso possa e faça alguma coisa por virtude intrínseca; a magia do discurso, a sua força, é social; a autoridade vem de fora à linguagem; o discurso apenas a representa e a simboliza (Bourdieu, 1982 b: 8-9). E quanto àquilo que nós fazemos com o discurso, uma chamada de atenção: “Não é o *ego* nem a diáde formada por *mim* e por *ti* que significa; um e outro são engendrados pela relação” (Jacques, 1985: 505). Acrescentemos neste ponto, no entanto, que a relação não se confina à intersubjectividade. Além

de interlocutiva, a relação é social. ^[8] Bourdieu (1982 a: 37-38) dirá até que há dois modos de existência do social em nós: o social feito coisa (feito relação institucional), e o social feito corpo (feito *habitus*, feito sistema de disposições duráveis).

Esta última chamada de atenção parece-nos importante, pois de contrário podemos ser levados a pensar que há uma verdade (relação intersubjectiva) sem o poder (relação institucional). ^[9]

Como nota final, assinalo que o triângulo semântico, tanto na versão de Ogden e Richards como na versão de Fiske, não fala da produção dos agentes sociais, susceptíveis de funcionarem em sociedade e de a fazerem funcionar. Não fala das práticas sociais, que todavia são pedra angular na racionalidade sociológica, ou numa teoria de significação que se abra ao olhar do sociólogo. As práticas sociais permitem centrar a atenção nos utilizadores da linguagem no interior de um dado

campo social. Apesar de a estrutura de um dado campo social impor relações assimétricas aos utilizadores da linguagem, é só através destes, entre estes e para estes que os signos significam alguma coisa. Com efeito, se é um facto que a significação é representação, a verdade é que ela também é vontade. Os esquemas representam, concebem, mas concomitantemente exprimem as intenções pragmáticas dos actores sociais.

Referências bibliográficas

- APEL, Karl-Otto, 1994, *Le logos propre au langage humain*, Cahors, Ed. de l'Eclat.
- BOURDIEU, Pierre, 1982 a, *Leçon sur la leçon*, Paris, Minuit.
- BOURDIEU, Pierre, 1982 b, *Ce que parler veut dire. L'économie des échanges linguistiques*, Paris, Fayard.
- FISKE, John, 1993 (1982), *Introdução ao estudo da comunicação*, Porto, Asa.
- FRADE, Pedro M., 1991, "Comunicação", *Dicionário do Pensamento Contemporâneo* (Dir. Manuel M. Carrilho), Lisboa, D. Quixote, pp. 45-56.
- GENINASCA, Jacques, 1991, "Du texte au discours littéraire et à son sujet", *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Limoges, Université de Limoges, janvier, pp. 9-34.
- GIDDENS, Anthony, 1990, "El estructuralismo, el post-estructuralismo y la producción de la cultura", *La teoría social hoy*, Madrid, Alianza Universidad, pp. 254-289.
- GREIMAS, Algirdas, 1976, *Sémiotique et sciences sociales*, Paris, Seuil.
- HABERMAS, Jürgen, 1990, "Uma outra saída da filosofia do sujeito: razão comunicacional versus razão centrada no sujeito", *O discurso filosófico da modernidade*, Lisboa, D. Quixote, pp. 275-307.
- JACQUES, Francis, 1985, *L'espace logique de l'interlocution*, Paris, PUF.
- JACQUES, Francis, 1987, "De la signifiante", *Revue de Métaphysique et de Morale*, n.2, avril-juin, pp. 179-217.
- JOLY, André, 1982, "Pour une théorie générale de la signifiante", in N. Mouloud e J.M. Vienne (Org.), *Langages, connaissance et pratique*, Lille, Université de Lille III, pp. 103-125.
- MARTINS, Moisés, 1994, "A verdade e a função de verdade nas ciências sociais", *Cadernos do Noroeste*, vol. 7(2), pp. 5-18.
- MEYER, Michel, 1992, *Lógica, linguagem e argumentação*, Lisboa, Teorema.
- RICOEUR, Paul, 1962, "Le conflit des herméneutiques, épistémologie des interprétations", *Cahiers Internationaux de Symbolisme*, n.1.
- RICOEUR, Paul, 1970, "Qu'est-ce qu'un texte?", R. Bubner et al, *Hermeneutik und Dialektik*, II, Aufsätze, Mohr, Tübingen, pp.181-200.
- RICOEUR, Paul, 1977, "Expliquer et comprendre. Sur quelques connexions remarquables entre la théorie du texte, la théorie de l'action et la théorie de l'histoire", *Revue Philosophique de Louvain*, n. 75, pp. 127-147.
- RICOEUR, Paul, 1990, "Entre herméneutique et sémiotique", *Nouveaux Actes Sémiotiques*, Limoges, septembre, pp. 3-19.
- RORTY, Richard, 1990, *Science et solidarité. La vérité sans le pouvoir*, Cahors, Ed. de l'Eclat.
- SANTOS, Boaventura S., 1989, *Introdução a uma ciência pós-moderna*, Porto, Afrontamento.
- TOULMIN, Stephen, 1994, "Racionalidade e razoabilidade", *Retórica e comunicação* (Dir. Manuel Maria Carrilho), Porto, Asa, pp. 19-30.

*
- Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

[1] Enquanto que em Ogden e Richards o triângulo se aplicava à dinâmica dos signos, em Fiske aplica-se à dinâmica dos discursos.

[2] Abreviando, assinalo a passagem de uma "racionalidade teleológica", talhada à medida cognitivo-instrumental e própria da filosofia da consciência, a uma "racionalidade comunicacional", que insiste no carácter argumentativo da racionalidade, pelo facto de esta incluir, quer o moralmente prático, quer o esteticamente expressivo (Habermas, 1990: 291).

[3] A ideia de que o estruturalismo participa do "*linguistic turn*", característico da filosofia e da teoria social moderna, é contraditada por muitos autores, nomeadamente por Anthony Giddens (1990: 259). Numa linha rortyana, Giddens entende que o "*linguistic turn*" não implica uma extensão de ideias tomadas do estudo da linguagem a outros aspectos da actividade humana; explora, sim, a intersecção da linguagem com a constituição das práticas sociais.

Para uma análise mais desenvolvida do "*linguistic turn*" na sua relação com as ciências sociais, veja-se o artigo que escrevi nos *Cadernos do Noroeste* (Martins: 1994).

[4] Sobre esta dupla fase da filosofia analítica veja-se Karl-Otto Apel (1994). Veja-se também Jürgen Habermas (1990: 289-291). E ainda Stephen Toulmin (1994: 20), que assinala a deslocação do estudo das "proposições" intemporais para a preocupação com "ilocações" feitas em

momentos particulares, em conjuntos de circunstâncias particulares, visando interesses humanos particulares”.

[5] É a viragem pragmática da filosofia analítica que inaugura a fase não fundacional da “linguistic turn”. Fixando-se nas funções propriamente comunicativas da expressão e do apelo, a pragmática ultrapassa a articulação lógica, proposicional, da linguagem e impõe a racionalidade performativa (argumentativa) como uma segunda articulação necessária da linguagem.

Embora não deixem de atender a esta viragem hermenêutica, Karl-Otto Apel e Francis Jacques, dois pensadores que muito aprecio, decidem-se por uma racionalidade forte. Apel dá um carácter de necessidade às condições universais de comunicação. Jacques argumenta em favor do vínculo relacional como um transcendental da significação. Ambos interpretam, a seu modo, o *a priori* kantiano, que caracteriza, é um facto, um certo tipo de fundacionismo.

[6] Neste sentido podemos ler o livro de Boaventura Sousa Santos, *Introdução a uma ciência pós-moderna* (1989).

[7] A ideia de uma “dupla estrutura da fala” inspira o conceito de “dualidade da estrutura” de Giddens. É também por reconhecer na linguagem esta dupla articulação que Ricoeur (1970, 1977 e 1990) fala de uma hermenêutica que realiza um duplo movimento, explicativo e compreensivo. E é ainda pela mesma razão que Giddens nos propõe o conceito de “dupla hermenêutica”.

[8] Esta observação só é tautológica se levarmos às últimas consequências a crítica da teoria subjectivista e mentalista da significação. Só é tautológica se considerarmos, como aliás o faz Wittgenstein, que a linguagem é constitutivamente pública. Falar é seguir regras; e seguir uma regra só é possível como actividade publicamente controlada; só é possível no exercício da comunicação.

[9] Não é, com efeito, procedimento isolado a pragmática descurar a ordem do discurso e a ordem social, pretendendo uma verdade sem o poder. Richard Rorty, por exemplo, comete, em nosso entender, este deslize na obra *Science et solidarité* (1990). O subtítulo, *La vérité sans le pouvoir*, sugere que há uma relação intersubjectiva (a verdade) sem a relação institucional (o poder).